

**Literatura, política e realidade social: a função social do Estado moderno  
brasileiro em tempos de crise**

**Literature, politics and social reality: the social function of the modern Brazilian  
state in times of crisis**

Lavoisier Almeida dos Santos<sup>1</sup>

Universidade Federal de Alagoas

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo, a partir da literatura pré-modernista brasileira, da análise do discurso de filiação pecheutiana, do materialismo histórico-dialético e da realidade política do Brasil - em meio ao golpe jurídico-parlamentar de 2016, refletir sobre a função social do Estado moderno brasileiro com seu discurso nacionalista em tempos de crise econômica e social, bem como sobre as possibilidades de resistência a esse discurso para a construção de um horizonte societário que resista e supere o atual sistema antagônico de produção e reprodução das relações sociais do povo brasileiro. Aponta-se, como resultado central da reflexão, que a verdadeira função social do Estado moderno é garantir a manutenção do *status quo* da sociedade do capital, tornando-se a garantia do êxito de um grupo de indivíduos em relação aos demais, da exploração econômica, perversa e cruel de um homem sobre outro, e que, no caso brasileiro, apela-se ao discurso nacionalista para que esse processo de expropriação aconteça harmonicamente. Nesse sentido, a pesquisa também apresenta como resultado que a literatura, a cultura e a arte decerto não são a solução imediata para a crise econômica, política e social que acompanha o Brasil da Monarquia à República, mas certamente podem intervir enquanto elementos potenciais de mediação para a construção do verdadeiro tipo nacional, tendo em vista a elaboração de um projeto de resistência ao pseudonacionalismo estatal brasileiro.

**Palavras-chave:** Nacionalismo; Estado; Literatura; Resistência.

**Abstract:** This paper aims to reflect on the social function of the modern Brazilian state and its nationalist discourse in times of economic and social crisis. It also analyzes the possibilities of resistance to this discourse through a societal horizon that resists and overcomes the current antagonistic system of production and reproduction of social relations of the Brazilian people. This is done based on Brazilian pre-modern literature, Peuchetian discourse analysis, historical-dialectical materialism and the local political reality — amidst of the 2016 legal-parliamentary coup. It is pointed out that the true social function of the modern state is to guarantee the maintenance of *the status quo* of the society of capital. In other words, to safeguard the success of a group of individuals in relation to the others — the economic, perverse and cruel exploitation of one man over another. And, in the Brazilian case, the nationalist discourse is summoned for this expropriation process to happen in harmony. The article further presents that literature, culture and art are certainly not the immediate solution to the economic, political and social crisis that accompanies Brazil from the Monarchy to the Republic. However, they can certainly intervene as potential elements of mediation for the construction of the true national type: a project that aims the resistance to the Brazilian state pseudo-nationalism.

**Keywords:** Nationalism; State; Literature; Resistance.

---

<sup>1</sup> Pesquisador da Universidade Federal de Alagoas. Email: lavoisierdealmeida@hotmail.com

**Submetido em 29 de janeiro de 2021.**

**Aprovado em 05 de julho de 2021.**

## **Introdução**

— Pois bem. *A sua gente não pode resistir, nem fugir.* Volte para lá e diga aos homens que se entreguem. Não morrerão. Garanto-lhes a vida. Serão entregues ao governo da República. E diga-lhes que *o governo da República é bom para todos os brasileiros.* Que se entreguem. Mas sem condições; não aceito a mais pequena [sic] condição... (CUNHA, 2019, p. 623-624, grifos nossos).

Pretendemos, neste artigo, a partir, da literatura pré-modernista brasileira, da análise do discurso (AD) de filiação pecheutiana, do materialismo histórico-dialético e da realidade política do Brasil - em meio ao golpe jurídico-parlamentar de 2016, refletir sobre a função social do Estado moderno brasileiro com seu discurso nacionalista, em tempos de crise econômica e social, bem como sobre as possibilidades de resistência a esse discurso para a construção de um horizonte societário que resista e supere o atual sistema antagônico de produção e reprodução das relações sociais do povo brasileiro.

Para, então, podermos pensar na função social do Estado moderno e nos desafios impostos pelas determinações econômicas e sociais para a construção de um projeto societário diferente, julgamos ser ilustrativa a narrativa, feita por Euclides da Cunha, da guerra de Canudos, em *Os Sertões: campanha de canudos e as reflexões de Lima Barreto*, presentes em *Os Bruzundangas* e em *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

O motivo de trazermos, à nossa reflexão, o pré-modernismo, justifica-se pelo fato de esse período literário representar um momento histórico de mudanças sociais marcadas pelo profundo inconformismo de uma parte da sociedade com as instituições políticas/sociais da recém-nascida República brasileira e por uma acentuada crise econômica que se alastrava por todo o território nacional. Nossa proposta, então, é de retomar o processo de consolidação do Estado moderno no Brasil com seu discurso nacionalista de avanço, progresso, modernização, bondade e cuidado destinado a todos os brasileiros, para, a partir desse discurso, pensar a função social do Estado.

No que diz respeito à obra *Os Sertões*, nosso interesse é o de retomar tanto o discurso de civilização, de progresso e de modernização, materializado na figura do Estado moderno brasileiro – representado, na referida obra, pelo governo republicano e por suas instituições, quanto o discurso de barbárie, atraso, retrocesso, materializado

não somente na figura de Antônio Conselheiro, líder do Arraial de Canudos, mas também no sertão e nos sertanejos.

Em relação aos textos de Lima Barreto, nosso interesse é o de retomar a problematização, presente em suas narrativas, do discurso ufanista e dos elementos que comporiam a identidade nacional. Podemos citar, como exemplo, a intrigante figura de Policarpo Quaresma e seu intenso interesse pelas temáticas nacionais: “[...] Policarpo passou a estudar o tupi-guarani com afinco. [...] A dedicação aos temas nacionais não passou despercebida na repartição, principalmente pelos escreventes, que o apelidaram de Ubirajara” (BARRETO, 1998, p. 11).

Entendemos, pois, que esses discursos sobre o Estado, o Brasil e os brasileiros, presentes na obra de Euclides da Cunha e de Lima Barreto, enquanto manifestação do imaginário coletivo de uma época marcada por tensões econômicas, políticas, sócias e culturais, foram, em alguma medida e de alguma forma, transmutados para nós em memória discursiva<sup>2</sup> cuja ativação e atualização se deram/dão constantemente no transcorrer do séc. XX e no séc. XXI.

## **1. O surgimento do Estado moderno brasileiro e a consolidação do projeto societário do capital**

E diga-lhes que *o governo da República é bom para todos os brasileiros* (CUNHA, 2019, p. 623, grifos nossos).

A narração da guerra de Canudos, presente em *Os Sertões*, é constituída polifonicamente por discursos sobre a formação social do povo brasileiro, sobre o tipo nacional; sobre o sertão, o sertanejo e seus costumes; sobre o litoral, os homens da capital e seus hábitos, bem como sobre regime republicano presidencialista brasileiro cuja instauração solidificou o surgimento do Estado moderno no Brasil com a simulação da igualdade e da liberdade de todos os brasileiros, independentemente de raça, cor, credo, posição social etc., pois, com o advento da República, não mais existem legalmente escravos, senhores, barões, nobres, plebeus ou servos, todos passam a ser, como propõe o liberalismo econômico/político, cidadãos:

A teoria liberal da cidadania, (Kant, Hobbes, Locke, Rousseau e outros) tem como ponto de partida o pressuposto de que todos os homens são iguais e livres por

---

<sup>2</sup> A memória discursiva deve ser entendida: “[...] não no sentido diretamente psicologista da memória individual, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 2015, p. 44).

natureza. As desigualdades sociais que hoje presenciamos teriam sido o resultado do próprio desdobramento da igualdade e da liberdade naturais. A busca da realização pessoal, consequência da própria liberdade de todos, faria com que os indivíduos se chocassem, inevitavelmente, entre si, dando origem a toda sorte de conflitos (TONET, 2005, p. 49).

O surgimento do Estado moderno, para a teoria liberal, está ligado, pois, à necessidade de garantir aos homens o exercício da liberdade individual, legitimando, assim, as diferenças sociais existentes entre os homens que teriam sua origem na natureza individual do ser humano:

[...] a teoria liberal do Estado foi fundada na contradição autoproclamada entre a presumida *harmonia* total das *finalidades* (as finalidades necessariamente desejadas pelos indivíduos em virtude de sua “natureza humana”) e a total *anarquia dos meios* (a escassez *necessária* de mercadorias e recursos, o que faz com que lutem e, por fim, destruam uns aos outros pelo *bellum omnium contra omnes*, a não ser que de algum modo eles tenham sucesso em estabelecer sobre e acima de si próprios uma força repressora *permanente*, o Estado burguês (MÉSZÁROS, 2011, p. 577, grifos do autor).

É nesse sentido que afirmamos anteriormente que o Estado moderno simula igualdade nas relações estabelecidas entre os seres humanos em sociedade, pois quando ele postula, por meio da teoria liberal, a liberdade e a igualdade entre os indivíduos como o Estado natural dos homens, o Estado moderno está, na verdade, transpondo a causa das desigualdades sociais, isto é, o acúmulo de riquezas por uma pequena parcela da humanidade e a existência em condições miseráveis de uma parcela significativa dessa mesma humanidade, para individualidade do ser humano em constante estado de guerra com seus semelhantes. Segundo a teoria liberal, o Estado moderno surge justamente para harmonizar e controlar esse estado bélico.

Dessa forma, a teoria liberal do Estado, ao apagar a real natureza do ser humano que, segundo Marx (2007, p. 534): “[...] não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado [mas sim] o conjunto das relações sociais”, explica e legitima, de uma só vez, o surgimento do Estado moderno e a existência das desigualdades sociais no mundo dos humanos como um desdobramento natural do desenvolvimento da própria essência humana.

O Estado moderno, no caso brasileiro, representado pelo regime político da República, apresenta-se inicialmente, na narrativa de Euclides da Cunha, como o detentor da civilização, do progresso e do bem estar humano. O arraial de Canudos, por sua vez, é apresentado como uma comunidade de religiosos fanáticos, um reduto monarquista portador da barbárie, do retrocesso, do mal estar e da miséria humana. A

narrativa literária discursiviza o antagonismo existente, no imaginário coletivo da sociedade brasileira republicana, entre o forte e o fraco, o litoral e o sertão, a civilização e a barbárie:

A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável “força motriz da História”, que Gumpłowicz, maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes. A campanha de Canudos tem, por isto, a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa. [...] Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo (CUNHA, 2019, p. 25-26).

Contudo, antes de ser um encontro antagônico da raça forte com a raça fraca, da civilização com a selvageria, a experiência de Canudos, na realidade, foi um desafio ao Estado moderno do Brasil em suas instituições republicanas, dando provas, conforme posto por Michel Pêcheux, que “não há dominação sem resistência” (2014b, p. 281). Mesmo que o Estado republicano falasse, por meio de seu exército, que a gente de Canudos não poderia resistir, nem fugir, Canudos resistiu até onde foi possível:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5 mil soldados (CUNHA, 2019, p. 631).

Canudos ousou se revoltar, o Arraial resistiu até o fim à proposta civilizatória do Estado republicano brasileiro, defendendo os ideais de sua comunidade. Canudos não se rendeu! Resistiu até o fim à barbárie social imposta pela república. Não estamos fazendo, aqui, uma apologia ao Estado monárquico, pois sabemos que a monarquia, no Brasil, também estava à mercê da lógica do capital.

A questão principal não é se o Arraial de Canudos partilhava de um ideal monárquico ou se era uma comunidade messiânica de fanáticos preguiçosos – como era posto nos jornais da época que tratavam do conflito de Canudos, mas sim que o Arraial era formado por trabalhadores e trabalhadoras que, inconformados com a dominação e a exploração do governo republicano e suas crescentes taxações de impostos, com a exploração econômica, com a dominação do capital sobre o trabalho, com a injusta divisão da terra e dos meios de produção, com os desmandos dos coronéis, juntam-se em torno de Antônio Conselheiro, conforme relata o cordel de França e Rinaré:

Depois de um largo tempo/ Retorna para Bahia/ Crescia pois seu prestígio/ Multidão já lhe seguia/ Não fez aliciamento/ Só queriam sofrimento/ Isso os purificaria. Segundo informações/ O grupo dos penitentes/ Componha-se de ociosos/ E pessoas

delinquentes/ Andavam esfarrapados/ Em vilas e povoados. Peço uma ponderação/  
Sobre aqueles “ociosos”/ Eles não tinham trabalho/ Por que eram preguiçosos? Ou a  
causa eram as cercas/ E não somente a seca/ Com efeitos escabrosos (2006, p. 8-9).

No caso específico do relato presente em *Os Sertões: Campanha de Canudos*, a dominação do capital sobre o trabalho dava-se predominantemente na injusta divisão social do trabalho que era legitimado e perpetuado por meio do sistema agrário-econômico dos latifúndios no qual os agricultores cultivavam e plantavam em terras alheias, sendo constantemente o produto de seu trabalho alheio e estranho a si mesmo, e os vaqueiros, por sua vez, “[...] cuidando a vida inteira, fielmente, dos rebanhos que lhes não pertencem” (CUNHA, 2019, p. 149). Essa temática está posta também na narrativa de Lima Barreto no momento em que Olga, afilhada do Major Policarpo Quaresma, percebe o tipo de moradia dos caboclos e a tristeza de Felizardo, empregado de seu padrinho:

[...] Olga descobriu que as casinhas dos caboclos eram minúsculas, de taipa e pindovas, e estes não lhe pareciam nada alegres. [...] – Chamam a gente preguiçoso, sinhazinha, mas não é bem assim. A verdade é que não se tem ferramenta para trabalhar e, além disso, a terra não é nossa. Tudo que se planta nela é dos “outro”. Mas quando vemos “alemão” e os “italiano”, aí o governo dá tudo que eles precisam para lavoura, “inté” as “gleba”. Olga pôs-se a pensar nas queixas de Felizardo e no seu jeito triste – ele, que se caracterizava pela alegria – quando falava aos colegas lavradores. Se havia tanta terra, porque não tinham onde plantar? Já vira inúmeras fazendas com as porteiras fechadas, a casa-grande caindo, o matagal tomando conta de tudo. Quem era o responsável por aquilo? (BARRETO, 1998, p. 51).

Dentro dessa temática da injusta divisão da terra, dos meios de produção e da expropriação do trabalhador, é importante destacar que o Arraial de Canudos materializou/materializa uma tentativa histórica de se construir uma sociedade diferente na qual todos tivessem a terra para trabalhar pela subsistência própria e pela subsistência da comunidade. Por isso, em Canudos, não existiam proprietários, mas sim uma partilha de terra igualitária para as famílias trabalharem em seus roçados que ficavam à disposição da comunidade, como é atestado por Euclides da Cunha:

[...] apropriação pessoal apenas de objetos móveis e das casas, comunidade absoluta da terra, das pastagens, dos rebanhos e dos escassos produtos das culturas, cujos donos recebiam a exígua quota-parte, revertendo o resto para a *companhia* (2019, p. 218, grifo do autor).

Também é necessário destacar que, no arraial, todas as crianças, sem restrições econômica, social, racial ou de gênero, tinham acesso à escola primária (FAZIO, 2019; LEVINE, 1995), enquanto que no Rio de Janeiro, capital da República, e em outros estados, crianças negras e pobres advindas da classe trabalhadora não tinham direito à

educação formal, contradizendo mais uma vez o discurso estatal para a conciliação das classes sociais de que “o governo republicano é bom para todos os brasileiros” (CUNHA, 2019, p. 623). Essa realidade conflituosa do pertencimento ao mundo letrado por parte de pessoas não advindas de famílias tradicionais e/ou de prestígio econômico-social está presente sarcasticamente em *Triste fim de Policarpo Quaresma*:

- Aquele requerimento era coisa de doido. - Mas não foi só isso – acrescentou Genelício. – Ele fez um ofício em tupi e mandou ao ministro. - *Para que lia tanto é que não sei* - disse Florêncio. - *E sem ter passado por uma faculdade. Devia ser proibido, a quem não possuísse um título acadêmico*, ter livros em casa. Evitavam-se, assim, essas desgraças. Não acham? - Decerto – disse Albernaz. - Decerto – fez Caldas (BARRETO, 1998, p. 23, grifos nossos).

Vale ressaltar também a crítica feita por Lima Barreto, em *Os Bruzudangas*, às relações antagônicas de classes existentes no Brasil. Essas relações não permitiam, por exemplo, a quebra do *status quo* social por parte do filho da classe trabalhadora que, por exceção, tivesse acesso à educação formal, pois seu diploma, à época, teria um menor prestígio social quando comparado ao diploma obtido pelos filhos das frações da burguesia brasileira em sua dita nobreza doutoral. Um exemplo disso é o próprio Lima Barreto que, por ser negro e de origem pobre, mesmo sendo formado e excelente literato, encontrou grandes resistências dos círculos intelectuais consagrados de seu tempo:

A nobreza doutoral, lá, está se fazendo aos poucos irritante, e até sendo hereditária. Querem ver? Quando por lá andei, ouvi entre rapazes este curto diálogo: — Mas T. foi reprovado? — Foi. — Como? Pois se é filho do doutor F.? Os pais mesmo têm essa idéia; as mães também; as irmãs da mesma forma, de modo a só desejarem casar-se com os doutores. Estes vão ocupar os melhores lugares, as gordas sinecuras, pois o povo admite isto e o tem achado justo até agora. Há algumas famílias que são de verdadeiros Polígnacs doutorais (sic). Ao lado, porém, delas vai se formando outra corrente, mais ativa, mais consciente da injustiça que sofre, mais inteligente, que, pouco a pouco, há de tirar do povo a ilusão doutoral (BARRETO, 2005, p. 37).

É interessante destacar também que mesmo a sociedade republicana passando por uma série de problemas de ordem social e econômica, como as dificuldades de acesso à educação formal, desempregos, moradia, doenças endêmicas causadas pelas péssimas condições de infraestrutura urbana como saneamento básico, questões sanitárias, sistema de abastecimento de água potável, a cidade do Rio de Janeiro, representando a ideia do litoral, aparece, na obra *Os Sertões*, em oposição ao arraial de Canudos, representando o Sertão, simbolizando e dicotomizando, mesmo que às vezes

de forma ambígua - no transcorrer da narrativa euclidiana, o progresso e o retrocesso, a República civilizada e a Comunidade bárbara:

Ademais, ninguém se iluda ante a situação sertaneja. Acima do desequilibrado que a dirigia estava toda uma sociedade de retardatários. O ambiente moral dos sertões favorecia o contágio e o alastramento da nevrose. A desordem, local ainda, podia ser núcleo de uma conflagração em todo o interior do norte. De sorte que a intervenção federal exprimia o significado superior dos próprios princípios federativos: era a colaboração dos Estados numa questão que interessava não já a Bahia, mas ao país inteiro (CUNHA, 2019, p. 274).

Outro texto literário que trata do Sertão e faz alusão a este em oposição ao Litoral é *Morte e vida Severina* de João Cabral de Melo Neto. Contudo, não se dicotomiza, ali, o Sertão e o Litoral entre progresso e retrocesso. Faz-se algo análogo, opondo-se, no início da narrativa, morte e vida, simbolizando Sertão e Litoral, mas em uma perspectiva diferente. Severino, o retirante, sai do sertão, fugindo da fome, da seca, da falta de terra e de oportunidades de trabalho, escapando dessa forma da morte Severina:

[...] que é a morte de que se morre/ de velhice antes dos trinta,/ de emboscada antes dos vinte,/ de fome um pouco por dia/ (de fraqueza e de doença/ é que a morte Severina/ ataca em qualquer idade,/ e até gente não nascida) (MELO NETO, 2007, p. 92).

Na narrativa de João Cabral de Melo Neto, esse ideário do Litoral como símbolo da vida, da plenitude, da civilização, do progresso e do bem estar é posto em crise e desmistificado no decorrer da narrativa. O retirante Severino sai em busca de vida plena, fugindo da morte, isto é, das precárias condições de existência de sua realidade social. Porém, toda a sua trajetória, do sertão, passando pelo agreste e pela zona da mata, até o litoral, é marcada por experiências fúnebres como: 1. O enterro, no cemitério de Torres, de Severino lavrador assassinado em uma emboscada por tentar cultivar um roçado; 2. O fim do rio Capibaribe por conta da estiagem; o velório do finado Severino; o encontro com uma mulher que tem por profissão rezar pelos defuntos nos velórios; 3. O enterro de um trabalhador de oito; 4. O descanso da viagem próximo a um muro alto e caiado onde escuta a conversa de dois coveiros; 5. A chegada a um cais do rio Capibaribe, em Recife, no qual Severino retirante pensa em cometer suicídio; 6. Por fim, o nascimento de um menino magro, pálido e franzino.



Todos esses acontecimentos fazem com que Severino, ao chegar a Recife, litoral pernambucano, conclua, ou tome consciência, que, em sua jornada do sertão ao litoral, acompanhava o seu próprio funeral:

E chegando, aprendo que,/ nessa viagem que eu fazia,/ sem saber desde o sertão,/ meu próprio enterro eu seguia./ Só que devo ter chegado adiantado uns dias;/ o enterro espera na porta:/ o morto ainda está com vida./ A solução é apressar/ a morte a que se decida/ e pedir a este rio,/ que vem também lá de cima,/ que me faça aquele enterro/ que o coveiro descrevia: caixão macio de lama,/ mortalha macia e líquida (MELO NETO, 2007, p. 120).

Essa conclusão de Severino produz, no leitor, o efeito de sentido que a morte e a vida severinas não é um fenômeno exclusivo do Sertão, enquanto representação do interior e da vida do trabalhador rural sem ter as condições necessárias para produzir sua subsistência, mas também do Litoral, representação da modernidade, do progresso, da vida urbana que, estruturada pelas relações antagônicas de classes, é perpassada por injustiças sociais, solidificando cada vez mais o *status quo* do capital.

Apesar de *Morte e vida Severina*, semelhante aos *Sertões*, trabalhar com as figuras dicotomizadas do Sertão e do Litoral, do interior e da capital, a perspectiva literária de João Cabral de Melo Neto (2007), como já apontado, é completamente diferente. A capital litorânea também tem seus problemas econômicos. A vida ali também é ameaçada pelas contradições sociais inerentes à sociedade de classes, sociedade esta que é legitimada e sustentada pelo Estado moderno que, por sua vez, assume uma lógica perversa de exploração e expropriação do trabalhador para total preservação e manutenção do capital sobre o trabalho estranhado no qual o trabalhador é desprovido dos meios de produção e, por isso, cada vez mais explorado e alienado do produto de seu trabalho:

[...] o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta com um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (sic), é a objetivação do trabalho. A efetivação do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento*, como *alienação* (MARX, 2010c, p. 80, grifos do autor).

A sobreposição do capital em relação ao trabalho é o que garante a efetivação da mercadoria e a desefetivação do trabalhador que, segundo Marx: “[...] é desefetivado até morrer de fome” (2010c, p. 80). Em nossa sociedade de classes antagônicas, essas relações conflituosas de exploração e expropriação são legitimadas pelo Estado

moderno o que, segundo Mészáros, foi postulado por Hegel como “[...] uma entidade *orgânica*, adequadamente fundida à sociedade e não mecanicamente superposto a ela” (2011b, p. 580, grifo do autor), cumprindo, assim as funções vitais de totalização da sociedade por meio da conciliação de classes sociais antagônicas que teriam, conforme indica a teoria liberal, se desenvolvido naturalmente no mundo dos homens.

Essa seria, na perspectiva dos teóricos orgânicos do Estado a serviço do capital, a função social do Estado moderno: harmonizar os conflitos ocasionados pela livre fruição dos interesses individuais dos homens. O Estado, então, se configuraria, na perspectiva teórica liberal, por meio de um paradoxo: “[...] o paradoxo do Estado consiste no fato de que ele é, com frequência, bárbaro e civilizador, ao mesmo tempo, emancipador e escravizador” (MORIN, 2005, p.117). Seria, então, por meio desse paradoxo que o Estado realizaria essa conciliação de vontades e interesses conflitantes.

Todavia, como nos adverte Mészáros, é importante entender que “[...] o Estado político moderno não se constitui como uma ‘unidade orgânica’, mas, pelo contrário, foi imposto às classes *subordinadas* a partir das relações de poder *materiais* já prevaletentes da sociedade civil” (2011b, p. 581, grifos do autor). Sendo assim, a partir do referencial teórico-metodológico que assumimos – o materialismo histórico-dialético, o nosso entendimento é que, na realidade, o Estado moderno é duplamente barbarizador, porque o que o mesmo entende por civilizar é, na verdade, uma forma de barbarizar, de instaurar a barbárie social, pois ser civilizado é aderir à valorização do Estado burguês, isto é, adequar-se ao modo de exploração da produção do capital:

Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção, e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras [...]. Sob a pena de ruína total, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção; constringendo-as a abraçar a chamada civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança (MARX; ENGELS, 2007, p. 44).

Um fato histórico que materializa bem essa discussão é o horrendo e criminoso processo de escravização dos negros, nos séculos XVI e XVII, cuja força de trabalho sustentava o capitalismo mercantil que nascia com a idade moderna. Ao passo que o capitalismo vai se desenvolvendo e aperfeiçoando sua forma de produção não sendo mais compatível com um modelo econômico de trabalho estranhado e não assalariado, libertam-se os escravos para aprisioná-los sob outros grilhões.

No estágio de acumulação do capital, as relações de produção da sociedade burguesa deixaram de corresponder às forças produtivas do trabalho escravo, fazendo com que se abolisse tal prática por meio de uma constituição política e social condizente com as demandas do capital àquela época, pois o trabalho escravo não mais se adequava a tais necessidades, gerando, pois, a demanda pela estabilização de um grupo de trabalhadores assalariados em escala global. Surge, então, a partir do desenvolvimento produtivo de cada país em relação à nova economia de mercado mundial, a classe do proletariado:

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital. Esses operários, constrangidos a vender-se a retalho, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado [...] (MARX; ENGELS, 2007, p. 46).

Como posto por Marx e Engels, os operários modernos “[...] não são apenas servos da classe burguesa, do Estado burguês, mas também dia a dia, hora a hora, escravos da máquina, do contramestre e, sobretudo, do dono da fábrica” (2007, p. 47). Os operários modernos são, pois, os novos escravos, agora legitimados pelo Estado moderno, a serviço do capital. Esses novos escravos, como os antigos, estão também sujeitos ao trabalho estranhado, contudo, esse trabalho estranhado passa a ser assalariado:

[...] a burguesia com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. *O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda classe burguesa* (MARX; ENGELS, 2007, p. 42, grifos nossos).

O Estado moderno é, então, postulado, tendo como função a conservação material e espiritual do poder da burguesia sobre o trabalhador que, expropriado de si mesmo, dos meios de produção e estranhado do produto de seu trabalho, quanto mais produz mais corrobora com a dominação do capital sobre sua própria classe, produzindo-se a si mesmo como uma mercadoria:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O

trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria* (MARX, 2010c, p. 80, grifos do autor).

Nesse ponto, é importante levar em consideração a observação de Mészáros sobre a relação existente entre o capital, o trabalho e a política no seio do Estado moderno e o papel a ser desenvolvido por este nesta relação:

A dominação do capital sobre o trabalho é de caráter fundamentalmente *econômico*, não político. Tudo o que a política pode é fornecer as “garantias políticas” para a continuação da dominação já materialmente estabelecida e enraizada estruturalmente (2011b, p. 576, grifos do autor).

O Estado moderno está, pois, a serviço da manutenção do poder da burguesia industrial/empresarial. Sendo, então, o Estado moderno a expressão da sociedade civil moderna, ele é a expressão de uma sociedade rachada em partes contraditórias, pois exerce seu poder sobre uma determinada classe social para, assim, atender aos interesses da classe que domina os meios materiais de produção. O Estado é, então, o êxito de uma parte da sociedade em relação às demais:

[...] o Estado político, visto como uma abstração da “sociedade civil”, não é uma invenção de Hegel, mas o resultado dos desenvolvimentos capitalistas. Nem “fragmentação”, “atomismo”, “parcialidade”, “alienação” etc. são ficções da imaginação de Hegel, não importa o quanto ele as trate idealisticamente, mas características objetivas do universo social dominante, como é o desafio da “universalidade” (MÉSZÁROS, 2011b, p. 579).

O Estado moderno é instituído, então, como confirmação e defesa do *status quo* da sociedade burguesa. Sua função social, nesse sentido, não é defender o interesse geral da sociedade, fomentando igualdade de direitos e de deveres na cadeia do processo produtivo e na apropriação dos bens produzidos, mas sim defender a preservação do individualismo burguês e a conservação dos interesses particulares da classe burguesa, em suas variadas frações, que determina as posições que os sujeitos devem assumir nas relações de produção e consumo, estabelecendo, assim, uma relação de poder e dominação sobre a classe trabalhadora em seus diversos estratos.

A grande indústria, aludida por Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, materializa justamente a ideia de propriedade privada que fundamenta o surgimento do Estado moderno e realiza a manutenção do modelo de sociabilidade burguesa:

[...] a moderna propriedade privada burguesa é a última e mais perfeita expressão do modo de produção e de apropriação baseado nos antagonismos de classes, na

exploração de uns pelos outros. [...] Mas o trabalho do proletário, o trabalho assalariado cria propriedade para o proletário? De modo algum. Cria o capital, isto é, a propriedade que explora o trabalho assalariado, para voltar a explorá-lo. Em sua forma atual, a propriedade se move entre dois termos antagônicos: capital e trabalho (MARX; ENGELS, 2007, p. 52).

O Estado moderno funda-se, pois, essencialmente na exploração de uma classe sobre a outra, da maioria pela minoria, do proletariado pela burguesia, de uma nação sobre outra nação, do trabalho assalariado e estranhado pelo capital. O fim da luta de classes seria, então, o término da ditadura da burguesia sobre o proletariado, isto é, o fim do Estado moderno cuja existência é sinal da manutenção do antagonismo classista do capital.

Contudo, é necessário ficar atento, como alertam Marx e Engels, para não confundir o fim do Estado burguês com “[...] a proclamação da harmonia social [das classes] e a transformação do Estado numa simples administração da produção” (2007, p. 67). A conciliação das classes sociais por meio de uma nova administração do modo de produção do capital é um feito insustentável. A esse dado se junta ainda o fato de que em uma sociedade de classes, regida pela burguesia empresarial, qualquer projeto de conciliação de classes será bem mais vantajoso para a os estratos da classe dominante do que os da classe dominada.

Nesse sentido, Karl Marx, segundo Mészáros, já apontava, em sua teoria política, que o movimento revolucionário para romper com o capital não poderia configurar “[...] simplesmente uma revolução política; deve ser uma revolução *social* para não ficar aprisionada dentro dos limites do sistema autoperpetuador de exploração socioeconômica” (MÉSZÁROS, 2011b, p. 566). Defendemos, então, que é necessário romper urgentemente com o modelo de produção classista da sociedade burguesa em suas relações com o Estado, o capital e o trabalho, para assim, a partir dessa ruptura, caminhar para o fim da sociedade de classes:

Dada sua relação de autossustentação recíproca, Estado, capital e trabalho poderiam apenas ser eliminados simultaneamente, como resultado de uma transformação estrutural radical de todo o sociometabolismo. Nesse sentido, nenhum dos três poderia ser “derrubado ou abolido”, mas apenas “transcendido e superado” (MÉSZÁROS, 2011b, p. 576, grifo do autor).

Essa relação de autossustentação recíproca existente entre Estado, capital e trabalho, no modelo de sociabilidade burguesa, revela que, de fato, o Estado moderno não surge do processo natural de desenvolvimento da pretensa natureza individual dos homens, como defendida pelos liberais, mas sim da necessidade estrutural do capital se

perpetuar no poder por meio da exploração de um homem sobre outro, isto é, do burguês sobre o trabalhador, do capital sobre o trabalho.

Sendo assim, é necessário afirmar que teoria liberal da natureza individual do homem, com o conseqüente surgimento do Estado, é falaciosa, pois, conforme Marx: “[...] o *homem* não é um ser abstrato, acorçado fora do mundo. O homem é o *mundo do homem*” (2010a, p. 145, grifos do autor) e sua natureza é, de veras, social, pois consiste, como já afirmado neste trabalho, no conjunto de suas relações em sociedade.

Nesse sentido, não podemos, como fez Hegel, pensar o par “Estado político/sociedade civil” fora da realidade sócio-histórica, apartados das reais condições de produção de suas existências no mundo real:

[...] o dualismo abstrato da filosofia política de Hegel se revela como expressão sublimada da sufocante realidade de uma circularidade “concêntrica-dual” por meio da qual o capital politicamente reproduz a si próprio: definindo, *a priori*, os próprios termos e moldura da “reforma” que promete “superar” (através de alguma “mediação” fictícia) suas profundas deficiências estruturais, sem o menor questionamento do fatal poder imobilizador do próprio círculo político (MÉSZÁROS, 2011b, p. 584, grifos do autor).

Para um melhor entendimento da reflexão de Mézszáros sobre a filosofia política de Hegel, precisamos saber o porquê de a circularidade concêntrica-dual da filosofia hegeliana funcionar como um meio de o Capital se reproduzir politicamente. Nesse sentido, segue a explicação de Mézszáros:

O segredo último da assustadora e nua circularidade da sofisticada filosofia política de Hegel é este: o círculo real da reprodução autoampliadora do capital do qual parece não haver saída, graças aos *círculos duais* que se interconectam da “sociedade civil/estado político” e “Estado político/sociedade civil”, com sua *pressuposição* e sua *derivação* recíprocas, e com o capital no âmago de ambos (2011b, p. 583, grifos do autor).

Trilhando, então, as sendas epistemológicas de Feuerbach, mas superando sua perspectiva teórico-analítica, Marx dirige sua crítica a Hegel, concluindo que “do mesmo modo que a religião não cria o homem, mas o homem cria a religião, assim também não é a constituição que cria o povo, mas o povo a constituição” (2010a, p. 50). Da mesma forma que na religião o homem inventa um ser que é maior do que ele, que pode mais do que ele, sendo capaz de protegê-lo em todas as suas necessidades; na política, é o homem também que cria o Estado e a ele se submete como a um ser sagrado e superior:

[...] o Estado político não pode ser sem a base natural da família e a base artificial da sociedade civil; elas são, para ele, *conditio sine qua non*. Mas a condição torna-se o condicionado, o determinante torna-se o determinado, o produtor é posto como o produto de seu produto [...] (MARX, 2010a, p. 30-31).

Na verdade, “[...] o Estado moderno faz abstração do *homem efetivo* ou satisfaz o homem *total* de uma maneira puramente imaginária” (MARX, 2010a, p. 151, grifos do autor). Na *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, Marx fundamenta sua investida teórica contra o Estado justamente nessa relação controversa de abstração existente entre o homem e o Estado e, em um segundo momento, o Estado e o homem:

A essência das determinações do Estado não consiste em que possam ser consideradas como determinações do Estado, mas sim como determinações lógico-metafísicas em sua forma mais abstrata. [...] A lógica não serve à demonstração do Estado, mas o Estado à demonstração da lógica. 1) O interesse universal e, nele, a conservação dos interesses particulares como *fim do Estado*, 2) os diferentes poderes como realização desse fim do Estado, 3) o espírito cultivado e autoconsciente, que quer e age, como o sujeito de sua realização (MARX, 2010a, p. 38-39, grifo do autor).

Para Marx (2010a), o Estado moderno é o contrário do que postulava Hegel. Sendo assim, o Estado moderno não é o desdobramento do espírito absoluto, desse espírito glorificado, elevado cultivado e autoconsciente, no qual o homem, segundo Hegel, realizaria abstratamente todas as suas potencialidades como sujeito ativo e autossuficiente de sua história particular e da história universal da humanidade. Para Mézáros, Hegel tinha o objetivo, com a sua teoria do Estado, de blindar o modelo sóciometabólico burguês para a manutenção da ordem pré-estabelecida, concebendo uma classe social como universal em detrimento das demais:

Hegel deseja preservar (de fato, glorificar) o Estado, inventando a classe burocrática “universal” como um *Sollen* quintessencial (um “dever ser”); esta cumpre a função de conciliar as contradições dos interesses em guerra ao preservá-los, protegendo e assegurando desse modo a permanência da estrutura estabelecida da sociedade em sua forma antagônica (MÉSZÁROS, 2011b, p. 569, grifos do autor).

Como extensão dessa reflexão, também podemos afirmar que não é função social do Estado moderno desenvolver e preservar o interesse universal da humanidade. Nesse sentido, a principal e fundamental função do Estado moderno, no mundo dos homens e das mulheres, é a preservação do interesse particular da classe burguesa que determina as posições sociais que os sujeitos devem ocupar no modo de produção da sociedade capitalista.

Segundo Santos, “O Estado, ao contrário do que pensava Hegel, é a expressão de uma sociedade rachada em classes contraditórias que se opõe entre si” (2009, p. 28). Sendo assim, a verdadeira função social do Estado moderno é garantir a manutenção do *status quo* da sociedade do capital, tornando-se a garantia do êxito de um grupo de indivíduos em relação aos demais, da exploração econômica, perversa e cruel de um homem sobre outro. Ao invés de ser superação das contradições sociais e solução de suas mazelas, o Estado moderno é a confirmação e a defesa destas.

## **2. A crise política brasileira e a reorganização do capital no Brasil: a retomada do antigo discurso nacionalista de amor à pátria e do apelo aos bons costumes**

A crise do capitalismo se intensificou no Brasil nos últimos anos, afetando intensamente o sistema político do Brasil, revelando a fragilidade de sua democracia, tencionando as relações sociais do povo brasileiro, bem como suas concepções de direita e de esquerda, do que é moral e daquilo que fere os bons costumes, da normatividade e da subversão no ringue eleitoral de 2018.

Nesse cenário histórico de crise econômica e política do Estado brasileiro, podemos observar, por assim dizer, a materialização da primeira conceitualização de discurso realizada por Michel Pêcheux. Sob o pseudônimo Thomas Herbert, Pêcheux definiu o discurso como um “[...] instrumento de transformação da prática política” (HERBERT, 2015, p. 35).

O discurso foi utilizado, no caso brasileiro, como instrumento de transformação das relações sociais entre os brasileiros, despertando o sentimento de ódio, de rivalidade e de disputas pessoais por posicionamentos políticos alimentados por uma rasa polarização entre direita e esquerda, fomentada pela grande mídia e disseminada nas redes sociais on-line, colocando em cheque a teoria que, ainda hoje grassa no imaginário coletivo, de que o tipo nacional brasileiro caracteriza-se essencialmente pela cordialidade e pela passividade (CELSO, 1968; HOLANDA, 1995). Podemos observar, então, que há uma relação, mediada pela ideologia, entre o discurso, entendido na AD como “[...] uma práxis humana que só pode ser compreendida a partir do entendimento das contradições sociais que possibilitaram sua objetivação” (MAGALHÃES, 2003, p. 75) e as práticas sociais.

No caso brasileiro, o discurso utilizado para transformação da prática política foi o discurso de desmoralização da esquerda político-partidária, defendendo-se que todo o



problema do caos econômico brasileiro, a saber: falência do Estado, desemprego, inflação, criminalidade, fome, moradores em situação de rua etc., não está ligado à crise estrutural do sistema do capital, como teorizada por Mészáros (2011a), mas sim, à imoralidade do governo petista que, por sua vez, foi personificado nas figuras de Lula e Dilma.

Entendendo, juntamente com Pêcheux, que o discurso é “efeito de sentidos” (2014a, p. 81) entre interlocutores, podemos perceber, no processo discursivo em questão, que o sentido da crise econômica desliza, por meio da prática discursiva da mídia, do campo da economia para o campo da política, precisamente para o político personificado, tendo como consequência uma deriva dos sentidos de “crise”.

A primeira deriva se encaminhou para o campo da moral. A crise econômica do Brasil era, então, responsabilidade de um presidente nordestino, imoral, analfabeto cuja vida política se iniciou em um sindicato de trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista. Pois bem, a imoralidade pessoal desse homem desestabilizou toda economia nacional.

A segunda deriva dos sentidos, por sua vez, se encaminhou para o campo da administração. O Brasil estaria, pois, mergulhado na crise pela incompetência de uma presidente mulher que não teria as habilidades necessárias para dirigir um país continental como o nosso. Ao fato de a presidenta deposta ser mulher, acrescente-se que ela era tida pelas frações da burguesia, ávidas por poder, como terrorista, porque, no período da ditadura militar brasileira – iniciada em 1964, tinha sido militante contra o regime ditatorial, sendo presa e torturada pelos militares. Pois bem, consoante o que aparecia na grande mídia, a incapacidade administrativa dessa mulher e suas “pedaladas fiscais” estacionaram o país no caos econômico.

Tanto no caso Lula da Silva, quanto no caso Dilma Rousseff, sustenta-se o discurso de que o problema econômico-social do Brasil não é estrutural ou sistêmico, mas sim pessoal. A culpa é do sujeito político que é corrupto ou incompetente. Ora, se a crise é causada por um sujeito, a solução pode ser encontrada também por um sujeito. Não aquele corrupto e incompetente, mas sim o sujeito honesto, religioso, competente, portador e defensor da moral, dos bons costumes. Aparentemente, o que estava em disputa, no ringue eleitoral de 2018, não eram os direcionamentos a ser tomados pelo Estado por meio das questões política e econômica, mas sim a inscrição ideológica dos candidatos, revelada discursivamente pura e simplesmente por meio de questões estéticas, éticas e religiosas.

Marcamos temporalmente, neste artigo, o início direto da disputa eleitoral de 2018 com o golpe jurídico-parlamentar de 31 de agosto de 2016 - materializado no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Contudo, antes do golpe, havia outras forças trabalhando no intuito de gerar outras demandas no interior das práticas sociais, como, por exemplo, a Operação Lava Jato, criada em março de 2014 e liderada pelo juiz psdbista Sérgio Mouro. Essa operação foi amplamente divulgada pela grande mídia, tendo contornos bem específicos. Na rede Globo de televisão, sempre que se ia apresentar alguma notícia dessa operação aparecia, como pano de fundo da gravação, uma grande e suja tubulação de esgoto da qual saía uma incontável quantidade de dinheiro que representava os saques petistas aos cofres públicos, o assalto da esquerda à nação brasileira.

Constrói-se um imaginário coletivo no Brasil de que a corrupção é um fenômeno genuinamente do Partido dos Trabalhadores (PT), apagando-se a memória, até hoje não ressignificada, de que a corrupção aqui está instaurada desde a invasão do português colonizador que se apropriou indebitamente de um território alheio, fazendo estrangeiro e marginal quem, de fato, era o senhor e dono da terra. Atribui-se o surgimento da corrupção, no Brasil, ao PT como se, infelizmente, não houvesse corrupção nos governos democráticos anteriores, nas ditaduras, enfim, desde a invasão de 1500.

A operação Lava Jato teve seu ponto alto com a prisão do ex-presidente Lula, em 07 de abril de 2018, depois de ter sido condenado em julho de 2017 pela aquisição ilegal de um apartamento triplex, situado no Guarujá, consolidando a figura de Sérgio Moro como herói nacional, que receberia mais à frente, como prêmio pelo resultado das eleições de 2018, o superministério da Justiça, passando a ser chamado de super ministro, e facilitando a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018.

Voltamos aqui com o pensamento de Herbert/Pêcheux (2015, p. 35) de que o discurso é “um instrumento de transformação da prática política”, pois, a ascensão da extrema direita ao poder só foi possível por causa da desestabilização do sistema político brasileiro, realizada pelo discurso de desmoralização de toda a esquerda brasileira que, sendo discursivizada, na grande mídia e nos meios de divulgação online, como corrupta, imoral, ateia, contrária à família e aos bons costumes, perde força política e o apoio de uma parcela significativa da sociedade, culminando no golpe jurídico-parlamentar que derrubou a presidenta Dilma Rousseff e elevou seu vice, Michel Temer, ao poder.

Contudo, Temer, mesmo sendo um dos orquestradores do golpe, ocupando a posição política de centro-direita, era até então um aliado do PT - partido de centro-esquerda. Nesse sentido, Temer era também uma figura desgastada e, mesmo colocando em movimento uma série de reformas contrárias aos direitos conquistados pela classe trabalhadora, como a Reforma Trabalhista - aprovada e implementada ainda em seu governo, a Reforma do Ensino Médio – aprovada em seu governo e atualmente em via de implementação, e a Reforma da Previdência - aprovada e implementada posteriormente pelo governo Bolsonaro, sua posição de centro-direita não era suficiente para a nova ordem social que deveria se instaurar, abrindo espaço, então, para uma extrema direita defensora da moral, da família, dos bons costumes, de Deus e da pátria.

Na verdade, Temer assume um governo simbólico de transição com um projeto político voltado aos interesses da burguesia empresarial brasileira. Dizemos que esse governo de transição é simbólico pelo fato de ele apontar para outro significado de transição: a transição de um governo de centro-esquerda - representado na figura de Dilma - para um governo de centro-direita – representado por Temer – para um governo de extrema direita, ultraconservador, representado por Jair Bolsonaro.

Não descartamos outras interpretações possíveis para a ascensão da extrema direita brasileira, representada por Jair Messias Bolsonaro, ao poder. Contudo, em alguma medida, podemos afirmar que foi assim que ganhou espaço, no cenário político brasileiro, a figura de Bolsonaro com sua proposta de governo fascista, racista e homofóbico, camuflado pelo ufanismo presente no slogan “Pátria amada Brasil” e no lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Nesse sentido, retomando as *Glosas Críticas marginais*, a crítica de Marx ao pensamento político - de base voluntarista, do pretenso Prussiano traz pistas interessantes para entendermos a dita crise econômica brasileira e a polarização gerada entre as figuras individuais Dilma/Temer/Bolsonaro, materializando partidariamente as posições de Esquerda/Direita/Extrema-Direita.

O Estado jamais encontrará no “Estado e na organização da sociedade” o fundamento dos males sociais, como o “prussiano” exige do seu rei. Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas o seu partido adversário, acha-se ao leme do Estado. Até os políticos radicais e revolucionários já não procuram o fundamento do mal na essência do Estado, mas numa determinada forma de Estado, no lugar da qual eles querem colocar uma outra forma de Estado (MARX, 2010b, p. 58-59).

A suposta crise econômico-social, causada pela dita má administração petista, não será resolvida, então, por meio das reformas colocadas em cena pelo governo ilegítimo de Temer e implementadas pelo governo reacionário de Bolsonaro, pois a mesma nem foi causada, nem será resolvida por um determinado partido, por um governo X ou por um político Y. O desemprego, a fome, o caos social não foram fenômenos que surgiram no Brasil em 2016. Essas problemáticas sociais sempre estiveram presentes na história nacional. A crise econômica que grassa o Brasil está, na verdade, na essência do modelo de sociabilidade burguesa, legitimada pelo Estado moderno que, em defesa do grande capital, sempre convoca os brasileiros a assumirem o espírito nacional e se sacrificarem pela pátria que é bondosa para com todos.

### **3. O Estado moderno brasileiro e a identidade nacional: entre a memória do discurso político e a Literatura**

Voltamos aqui com a citação de *Os sertões* que inicia esse trabalho. Eis que, estando cercada a comunidade de Canudos pelo exército militar, instituição oficial de repressão do governo republicano, fala o general: “- E diga-lhes que *o governo da republica é bom para todos os brasileiros*” (CUNHA, 2019, p. 623, grifos nossos).

Entendendo com Bakhtin que “O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal” (1997, p. 316) e que, por conta da funcionalidade prático-operativa da ideologia, o enunciado, enquanto um produto ideológico, “[...] reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior” (BAKAHTIN, 1997, p. 29), queremos destacar que a enunciação realizada pelo general no cerco ao Arraial de Canudos será retomada pelo Estado em diferentes momentos da história do Brasil, refletindo e refratando o discurso ufanista de que a grande pátria mãe é boa para todos os seus filhos.

Conforme aponta Santos (2009), diante de autores como Oliveira Viana e Nina Rodrigues que, no final do séc. XIX, depreciavam o Brasil, apontando para uma suposta inferioridade étnica do povo brasileiro em relação à raça branca europeia, surgem movimentos teóricos e literários que levantavam a bandeira nacionalista como objetivo de exaltar o Brasil e o brasileiro. É um marco significativo, dessa corrente nacionalista, a publicação, em 1900, do ensaio literário *Por que me ufano do meu país* de autoria do padrinho de Lima Barreto, Affonso Celso.

O livro de Affonso Celso, escrito por ocasião do quarto centenário da dita descoberta do Brasil, tornou-se o primeiro *best seller* da literatura brasileira e constitui um rebuscado convite e exortação ao amor e ao zelo pelos bens ofertados, pela doce e bondosa Mãe, a pátria Brasil:

Devem ter ufania os filhos de uma terra assim dotada. O bello é a fonte essencial do amor. Amemos apaixonadamente o Brazil, pelas suas lindesas sem par. [...] A belleza é privilégio divino, suprema força. As cousas verdadeiramente bellas sempre vencem, angariam respeito e estima de todos (sic) (CELSO, 1968, p. 42).

Apesar do padrinho de Lima Barreto ter participado ativamente da campanha abolicionista, as temáticas referentes à escravidão, à condição/posição social do negro e do mestiço estiveram presentes, em seu escrito nacionalista, de forma suave, romantizada e sem nenhuma problematização crítica. Nesse sentido, é importante destacar que o espírito nacionalista-ufanista de exaltação às riquezas naturais existentes no Brasil, retratado no livro de Affonso Celso, é retomado, em vários sentidos e direcionamentos, pelo Major Policarpo Quaresma, personagem central da obra de Lima Barreto:

Ao aproximar-se do padrinho, do marido e do Ricardo, estes discutiam. O major, exaltado, dizia: - Eu me utilizar de adubo? Nunca! Nossas terras são as mais férteis do mundo! - Que zanga é essa, padrinho? - Quis saber Olga. - Seu marido quer me convencer que nosso solo precisa de adubo. A recomendação dele soa como uma injúria [...]. O senhor não conhece seu país, doutor. Duvido que haja, no mundo, uma nação com tais características (BARRETO, 1998, p. 52).

De certo que Lima Barreto, por meio do personagem Policarpo Quaresma, traz, em sua obra, o discurso nacionalista presente em *Por que me ufano de meu País*. Todavia, esse discurso é refratado dentro da narrativa, problematizando-se, por meio dos outros personagens esse ideal de fertilidade, de beleza e de bondade existentes na grande pátria Brasil. Tal refração pode ser observada na fala do personagem Azevedo: “- Que chato esse Quaresma!... - queixava-se Azevedo. - vive falando de nossas riquezas e o zé povinho por aí, na pindaíba!” (BARRETO, 1998, p. 11).

Consideramos que nessa reflexão de Azevedo, colega de trabalho de Policarpo Quaresma e grande crítico de seu nacionalismo, reside, de algum modo, a pergunta de fundo ou a reflexão que perpassa todo esse livro de Lima Barreto. Diante de toda a grandeza e riquezas naturais existente no Brasil por que esse país não dá certo? Quais os motivos da existência de tamanha pobreza, da exclusão social e da marginalização de tantos brasileiros?

Ao analisarmos, por exemplo, o lugar/posição ocupado pelos personagens negros, caboclos e mestiços de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, percebemos que o autor levanta questões, ainda hoje pertinentes, sobre a formação social do Brasil, sobre os brasileiros, pertencentes aos grupos sociais mais pobres, e sobre quais lugares são ocupados por esses na sociedade de classes do Brasil.

Dentro desse romance de Lima Barreto, a figura de Olga, afilhada do Major Policarpo Quaresma e caracterizada como “indisciplinada e aérea, [pelo] ar distante de heroína [e por] sua inteligência” (BARRETO, 1998, p. 27), merece destaque. Diferentemente das outras mulheres da narrativa, que se preocupam somente com as trivialidades de casa e se ocupam todo o tempo com as temáticas do casamento e das festas, Olga, apesar de pela convenção casar-se com um doutor, é uma pessoa reflexiva que começa a problematizar situação social dos grupos pauperizados e a colocar em suspenso o nacionalismo piegas do governo e de seus aliados preocupados em derrotar os revoltosos que se colocaram contra a República.

Olga é uma personagem que subverte a ordem posta sob diversos aspectos. É ela quem levanta a crítica ao projeto nacionalista do governo republicano e o faz justamente, sendo mulher, usurpando os espaços do pensamento crítico-reflexivo e da política que, à época, não lhe caberia pelo simples fato de ela ser mulher. Contudo, é justamente uma mulher que, na narrativa de Lima Barreto, coloca o nacionalismo estatal em suspenso, invertendo os polos da oposição posta entre os defensores e os detratores da pátria:

- Por que só o senhor e o padrinho falam em patriotismo? E os outros, os que optam pela rebeldia? São os inimigos do país? – Onde está aprendendo essas teorias? Se os rebeldes gostassem do Brasil, não estavam disparando suas armas sobre a cidade e, muito menos, desrespeitando as autoridades constituídas. – Se optaram pela rebeldia, é que decidiram romper com os conceitos, preconceitos e estabelecer uma nova ordem (BARRETO, 1998, p. 65).

Diante da problematização de Olga acerca de quem é o amigo e de quem é o inimigo da pátria, pensamos ser importante destacar que, em momentos de crise econômica e social, é recorrente, na história do Brasil, o surgimento do discurso político nacionalista/populista que aponta para a grandiosidade da pátria mãe que ama homogeneamente todos os brasileiros, bravos filhos resistentes e criativos que devem defender o país, aceitando as propostas/imposições do governo. Tal dado pode ser

percebido em variados momentos da história brasileira como uma memória discursiva que se instaura e é atualizada e ressignificada constantemente.

Assim o foi na tensão do processo da dita independência política do Brasil em relação a Portugal: “Como é *para o bem de todos* e felicidade geral da nação, estou pronto; diga ao povo que fico” (Dom Pedro I, grifos nossos). No início do governo republicano: “[...] o governo da República é bom para todos os brasileiros” (CUNHA, 2019, p. 623). Na ditadura militar de 1964 com a criação e disseminação dos slogans “[...] ‘Brasil, conte comigo’; [...] ‘Ninguém segura este país!’; ‘Pra frente, Brasil’; O Brasil é feito por nós; [...] ‘Brasil, ame-o ou deixe-o’” (COUTO, 1998, p. 115). Assim o foi com o governo Lula da Silva com os slogans também ufanistas: “‘O melhor do Brasil é o brasileiro’ e ‘Sou brasileiro e não desisto nunca’” (SANTOS, 2009, p. 59). E, assim, está sendo com o governo Bolsonaro e seu apelo nacionalista presente no slogan “Pátria amada Brasil” e no lema ufanista “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Diante da constante retomada desses discursos ufanistas e pseudonacionalistas que atualizam a memória discursiva da pátria bondosa que ama todos os seus filhos por igual e, por isso, esses devem ser dóceis, aceitar sua condição social dentro da nação e se sacrificar para a glória do país do futebol, é necessário problematizar, desmistificar e entender a função ideológica prático-operativa que a manutenção temática desses dizeres produz.

O que, de fato, está embutido nesses discursos: “para o bem de todos”, “é bom para todos os brasileiros”, o “Brasil é feito por nós”, “o melhor do Brasil é o brasileiro”, “Brasil acima de todos”?

Esses dizeres, retomando o discurso otimista da bondade do brasileiro e da grandiosidade do Brasil ativa o discurso presente no imaginário coletivo de que “[...] a contribuição brasileira para a civilização será a cordialidade. [...] A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade [...] representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro” (HOLANDA, 1995, p. 146). Essa famosa definição do brasileiro como cordial, hospitaleiro e generoso teve seu primeiro registro na obra *Por que me ufano de meu país* de Afonso Celso que, nos capítulos XVI (Sexto motivo da superioridade do Brasil: excelência dos elementos que entraram na formação do tipo nacional), XVII (Sobre os costumes curiosos dos índios), XVIII (Negros) e XIX (Portugueses), definiu a formação do tipo nacional brasileiro, como apresentado por Santos:

Quanto ao tipo nacional, Affonso Celso mostra que é fruto da mistura de três elementos notáveis: o selvagem americano - leal, bondoso e dado, o negro africano marcado pelos sentimentos afetivos, resignação estoica (sic), coragem, laboriosidade e o português pelos serviços prestados à humanidade, heroicidade, esforço, enfim, por terem, pela sua união, patriotismo, amor ao trabalho e filantropia, terem elevado verdadeiros monumentos à caridade e à instrução (2009, p. 50).

Seguindo, pois, a combinação desses três elementos, Affonso Celso elenca os nobres predicados do caráter nacional do homem brasileiro:

1º- sentimento de independência [...]. 2º- hospitalidade [...]. 3º- afeição à ordem, à paz, ao melhoramento [...]. 4º- paciência e resignação [...]. 5º- doçura, longanimidade e desinteresse [...]. 6º- escrupulo no cumprimento das obrigações contraídas [...]. 7º- espírito extremo de caridade [...]. 8º- acessibilidade [...]. 9º- tolerância, ausência de preconceitos de raça, religião, cor, posição [...]. 10º- a honradez no desempenho de funções públicas e particulares (1968, p. 84).

Entendemos, pois, que é urgente colocar esse discurso ufanista sobre o tipo nacional em suspenso. É necessário, conforme posto por Pêcheux, “ousar se revoltar” (2014b, p. 281) e, considerando a estrutura social do Brasil e a formação social do brasileiro, questionar como Olga, em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, por que não são os revoltosos os nacionalistas, mas sim os dominadores sequiosos em manter o *status quo* social posto?

Nessa perspectiva de colocar o discurso nacionalista em suspenso, pensamos ser importante questionar, parafraseando Melo Neto, qual é “a parte deste latifúndio” (2007, p. 108) que cabe ao mulato, ao mestiço, seja ele cafuz ou caboclo? Qual é a parte deste latifúndio que é destinada ao brasileiro nato, fruto da miscigenação entre o negro africano escravizado, o indígena usurpado e o branco europeu invasor? Neste latifúndio multicultural, chamado Brasil, qual é a territorialidade da cultura africana e da cultura indígena? Em quais espaços essas vozes e expressões culturais podem ser ouvidas?

### **Considerações Finais**

A literatura, a cultura e a arte decerto que não são a solução imediata para a crise econômica, política e social que acompanha o Brasil da Monarquia à República, mas certamente podem intervir enquanto elementos potenciais para engendrar a construção do verdadeiro tipo nacional para a elaboração de um projeto de resistência não somente ao pseudonacionalismo estatal, mas também ao sexismo, ao racismo, ao feminicídio, ao extermínio de jovens negros pobres das periferias do Brasil.



Precisamos urgentemente criar artifícios para desconstruir um discurso pseudonacionalista cujo funcionamento se dá como um simulacro de brasilidade. Um discurso que, travestindo-se de amor à pátria, de exaltação aos bons costumes e do brasileiro como um tipo acolhedor, produz um discurso de ódio, materializado no racismo, na homofobia, no machismo, em uma política de extermínio discursivizada no dizer que “bandido bom é bandido morto”. Aliás, é importante destacar que, nessa lógica do bandido bom é bandido morto, o bandido mau, certamente, deve ser o que tem foro privilegiado ou imunidade parlamentar.

É necessário, pois, desfazer o efeito de evidência da ideologia e sua função prático-operativa presentes nesse discurso nacionalista que trata a relação da Pátria com os brasileiros de forma homogênea. O Brasil, por exemplo, não está acima de todos, mas sim acima de alguns brasileiros, pois há aqueles que são intocáveis e pelos quais todos devem ser sacrificados. É justamente para que esse ritual de expropriação da classe trabalhadora brasileira ocorra harmonicamente que se apela à religiosidade (Deus acima de tudo), à cordialidade, aos bons costumes, à moralidade para que assim possa ser despertado o espírito nacionalista e junto com ele o desejo de participação e colaboração do indivíduo no processo de sua própria expropriação. Assim, se salva a economia e a classe social que vive de seus lucros.

Encaminhando-nos para o fim de nossa reflexão, queremos pontuar que analisar o discurso nacionalista como um funcionamento do Estado no transcorrer da história do Brasil, fez-nos perceber que estamos em meio à processualidade do fazer histórico no qual, como apontava Marx (2011, p. 25), fazemos a história, mas não podemos escolher “[...] as circunstâncias sob as quais ela é feita”.

Todavia, o fato mais importante é que nós fazemos a história e, sendo a história da humanidade, como apresentado por Marx e Engels (2007, p. 40), a “história da luta de classes,” nela podemos resistir, pois, conforme aponta Pêcheux (2014b, p. 281): “não há dominação sem resistência”. Por isso, resistamos como a comunidade do Arraial de Canudos resistiu! Resistamos como resistiu Lima Barreto com seus escritos! Resistamos!

## Referências

BAKHTIN, Mikhail/ Volóchinov. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução: Michel Lahud e Vara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

- BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Scipione, 1998.
- BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. Curitiba: Positivo, 2005.
- CELSONO, Affonso. *Porque me ufano do meu paiz*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1968.
- COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura*: Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* (Campanha de Canudos). Porto Alegre: L & PM, 2019.
- FAZIO, Denizart Busto de. *Milagre em Monte Santo*. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.
- FRANÇA, Antônio Queiroz de; RINARÉ, Rouxinol. *Antônio Conselheiro e a Guerra de Canudos*. Série Heróis e mitos brasileiros. Fortaleza: Tupynanquim editora, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo; Companhia das Letras, 1995.
- HERBERT, Thomas. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. Tradução: Maria Vieira da Silva e Laura A. Perrela Parisi. In: PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por: Eni pulcinelli Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- LEVINE, Robert. *O Sertão prometido: o massacre de canudos*. São Paulo: Edusp, 1995.
- MAGALHÃES, Belmira. O sujeito do discurso: um diálogo possível e necessário. Linguagem em (Dis)curso, *Tubarão*, v. 3, Número Especial, p. 73-90, 2003. Disponível em:  
[http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem\\_Discurso/article/view/247](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/247). Acesso: 15 jun. 2017.
- MARX, Karl. Marx sobre Feuerbach (1845) [Com alterações de Engels, 1888]. Tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Tradução: Zur Kritik der hegelschen Rechtsphilosophie 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010a.
- MARX, Karl. *Glosas Críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”*: de um prussiano. Tradução: Ivo Tonet São Paulo: Expressão Popular, 2010b.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosófico*. Tradução: Jesus Ranieri São Paulo: Boitempo, 2010c.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução: Nélio Schneider São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Tradução: Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2007.

MELO NETO, João Cabral de. *Morte e vida Severina*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2007.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. Tradução de Francisco Raul Cornejo et al 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MÉSZÁROS, István. Como poderia o Estado fenecer. Tradução de Paulo Cezar castanheira e Sérgio Lessa In: MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MORIN, Edgar. *O método 5: a humanidade da humanidade*. Tradução: Juremir Machado da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Sulina 2005.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). Tradução: Bethania S. Mariani. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2014a.

PÊCHEUX, Michel. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. In: PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014b.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. Tradução: José Horta Nunes. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da Memória*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

SANTOS, Lavoisier Almeida dos. *A ideologia ufanista do governo ditatorial de Médici: em uma perspectiva marxista*. São Paulo: Biblioteca 24x7, 2009.

TONET, Ivo. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: Unijuí, 2005.